



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO  
ISBN 978-85-65957-00-7

---

**Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antonio Lopes nos negócios africanos e indianos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX)**

Nilza Licia Xavier Silveira Braga\*

**Resumo**

O artigo tem como objetivo desenvolver a breve trajetória mercantil do negociante *Elias Antonio Lopes (1790-1815)*, no que concerne a sua participação no tráfico de escravos. Negócio pelo qual os mais abastados negociantes de grosso trato investiam seus cabedais, conferindo-lhes a posição de maiores importadores de escravos em fins do século XVIII, proporcionando-lhes grandes lucros. Além disso, pretende-se discutir a participação do negociante na importação de fardos de fazendas têxteis indianas nas primeiras décadas do século XIX, muitas das vezes utilizadas no tráfico negreiro como moeda de troca, conforme elucidado pela historiografia especializada. A principal documentação utilizada será as informações contidas no inventário do negociante (ANRJ) e as carregações de escravos presentes na Gazeta do Rio de Janeiro (BNRJ).

**Palavras - Chave:** trajetória; tráfico negreiro, fazendas têxteis.

**Abstract**

This article aims to outline a brief track of the mercantile trader *Elias Antonio Lopes (1790-1815)*, regarding his participation in the slave trade as one of his business by which the wealthy traders used to invest their resources. As a result, this kind of business awarded them the highest position as larger importers of slaves at the end of the eighteenth century. By this means, they could achieve huge profits. In addition, I intend to discuss the participation of the merchant in importing Indian fabric bales in the first decades of the nineteenth century, often used in slavery trade exchange, as usually highlighted by specialized historiography. The main documentation used here will be the information contained in the inventory of the

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

current merchant (present in the trove “Arquivo Nacional do Rio de Janeiro”, henceforth ANRJ) and the shoddy of slaves present in “Gazeta of Rio de Janeiro” (BNRJ).

**Key-words:** Lopes’ track; slavery trade, Indian fabric bales.

Concernente ao tráfico negreiro, este era um dos negócios que os mais abastados negociantes de grosso trato investiam seus cabedais, constituindo-se nos maiores importadores de escravos da em fins do século XVIII. Era um investimento lucrativo e que concentrava a riqueza nas mãos dos negociantes, por isso, tinha “a privilegiada condição de ser um dos mais importantes circuitos de acumulação endógena”<sup>1</sup> (FRAGOSO, 1998:175). O tráfico negreiro em fins do setecentos era controlado pelos homens de negócio estabelecidos no Rio de Janeiro na segunda metade deste século. Segundo Manolo Garcia Florentino “a partir de 1790 o tráfico atlântico para o Rio de Janeiro aparece como um negócio controlado pelos grandes negociantes da praça mercantil Carioca.” (FLORENTINO Apud FRAGOSO, 1998:174). Elias Antonio Lopes era um dos homens de negócio estabelecido na praça mercantil do Rio de Janeiro e que participou nesta atividade. Portanto, neste artigo abordarei a breve trajetória do negociante no tráfico negreiro com a África e sua participação nos negócios de têxteis indianos.

O escravismo, na prática, realizava-se por meio do tráfico atlântico que “*Desde finais do século XVIII (...) era controlado pela comunidade mercantil sediada no Rio de Janeiro.*” (FRAGOSO, 1998:221). O controle desta atividade por parte dos homens de negócio promovia sua ascensão social, fazendo com que integrassem a elite econômica do período. Logo, “*No escravismo os negociantes estão inseridos em uma sociedade onde a mobilidade social significa tornar-se senhor de homens.*” (FRAGOSO, 1998:36). Era também o setor hegemônico da economia, constituindo-se no “*móvel da reprodução colonial.*” (FRAGOSO, 1998:28). Assim, o tráfico negreiro era significativo nas rendas coloniais, e que ao lado de

---

<sup>1</sup> Para João Luís Fragoso *acumulação endógena* seria “o movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu trabalho excedente no interior da economia colonial” (FRAGOSO, 1998:26-27).



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO  
ISBN 978-85-65957-00-7

---

outras atividades, por exemplo, o abastecimento interno contribuía para as acumulações internas neste mercado.

A fortuna e autonomia econômica dos homens de negócio foram construídas desde a segunda metade do século XVIII. Privilégios que foram adquiridos por realizarem diversas atividades – aquisições imóveis urbanos e rurais, abastecimento interno – bem como, do tráfico de escravos. Segundo Theo Piñeiro (2002), os homens de negócio, antes do estabelecimento da corte joanina em 1808 eram detentores de grandes fortunas, advinda do tráfico negreiro e outras atividades urbanas. Isso porque muitos negociantes portugueses se estabeleceram no Rio de Janeiro durante o século XVIII.

*Antes mesmo do ‘tempo do rei’, os grandes homens de negócios instalados no Rio de Janeiro já podiam ser considerados detentores de grandes riquezas, construídas devido à sua inserção no comércio atlântico português e principalmente devido ao papel que nele representava a transferência forçada de homens da África para a América lusitana, atividade que passaram a controlar na segunda metade do século XVIII. A diversidade de sua atuação também facilitava a sua acumulação. O grande comércio, o financiamento, o fornecimento da mão-de-obra escrava e a aquisição de propriedades imóveis, urbanas e rurais, davam-lhes um perfil que permitia exercer o controle sobre as atividades urbanas e interferir diretamente na economia (PIÑEIRO, 2002:274).*

Cosoante ao tráfico de escravos, o controle da atividade “(...) encontrava-se concentrado nas mãos de poucos negociantes (...) o que colocava tais negociantes em uma posição de monopólio. (...) os ganhos advindos dessa atividade (...) era considerado um dos mais rentáveis, se não o mais rentável negócio existente.” (PIÑEIRO, 2002:30). Por isso, tal negócio foi responsável pela “grande concentração de riqueza e poder dos negociantes situados na cidade do Rio de Janeiro.” (PIÑEIRO, 2002:31), além de lhes proporcionar prestígio porque “controlavam uma atividade fundamental na reprodução da economia colonial.” (PIÑEIRO, 2002:32). Portanto, João Fragoso (1998) e Theo Piñeiro (2002) elucidam que o domínio do tráfico atlântico estava nas mãos dos grandes homens de negócio do Rio de Janeiro, o que lhes proporcionava obterem o controle da principal atividade econômica daquele período, além de obterem prestígio, ascensão social e poder.



Florentino & Fragoso (2001) sinalizam a enorme quantidade de africanos que entraram no Porto do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX. Os números exemplificam que era uma atividade significativa para a economia colonial e que envolvia grandes gastos, no que concerne a equipar um navio e os prejuízos prováveis nas viagens. Assim, só poderia ser realizado pelos negociantes que tivessem grandes cabedais e pertencentes à elite mercantil. Luís Frederico Dias Antunes elucida que tal investimento também era realizado no tráfico negreiro na costa oriental da África, bem como nos negócios asiáticos (ANTUNES, 2010)

*[...] o enorme incremento das entradas de africanos através do porto carioca. De 1790 a 1830, atracaram mais de 1.500 negreiros, cujas entradas cresceram a uma média anual de cerca de 5%. Traduzidas em escravos, elas significaram a importação de cerca de 700 mil escravos. Aceitando-se que o Brasil tenha importado 3,6 milhões de africanos entre os séculos XVI e XIX, os 41 anos de importações cariocas representam cerca de 1/5 dos desembarques de 350 anos (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001:95).*

Elias Antonio Lopes veio de Portugal para ao Rio de Janeiro em um período anterior a 1790, “*pois ignorarmos o milésimo exato de sua radicação*” (CUNHA, 1957: 5). Nos *Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*, seu nome consta como atacadista da Rua Direita, como indício de que já prosperava na carreira mercantil.<sup>2</sup> Era “*um dos mais ricos negociantes do Rio de Janeiro no fim do período colonial*” (SILVA, 1998: 130). O fundo líquido de sua herança importava em 66: 084\$581 (sessenta e seis contos, oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e um réis).<sup>3</sup> Para Rui Vieira da Cunha “*Um inciso dos mais ínfimos, do ponto de vista argentário, e dos mais interessantes para o historiador*” (CUNHA, 1969:63). Fortuna advinda das múltiplas atividades, por exemplo, a arrecadação impostos para a Coroa nas regiões de Rio Grande e São Pedro do Sul (1810 -1812), São João Marcos e freguesias anexas (1812 -1814), São Gonçalo (1812 - 1814), Ilha de Santa Catarina

<sup>2</sup> IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano 1792: Volume 266 – janeiro / março 1965. pp.159 - 217.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). *Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes*. 10 de novembro de 1815. Fundo da Real Junta do Comércio (7x).Códice 789.Volume 1-1815. fl. 81.



e vizinhanças (1811 - 1813).<sup>4</sup> Contudo, a que mais tornou o negociante influente foi o tráfico negreiro com costa ocidental (Angola e Luanda) e oriental da África (Moçambique), além da sua participação no comércio com a Ásia (Goa e Malabar), particularmente no que concerne aos têxteis indianos. Portanto, era “um dos maiores traficantes de escravos e negociante de têxteis indianos, no início do século XIX” (FLORENTINO *apud* ANTUNES, 2006:153).

O inventário *post-mortem* do negociante confirma que ele era um dos maiores traficantes de escravos na praça mercantil do RJ na conjuntura considerada. Ele empreendia expedições para a costa ocidental da África, em regiões como Angola – Cabinda. Para exemplificar, nas *Notícias Marítimas* existentes na Gazeta do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1814 chega a bordo do *Bergatim Deligente* uma carregação de escravos de Cabinda, viagem que levou 62 dias. O mestre era Francisco de Mello Magalhães e a carregação era de Elias Antonio Lopes.<sup>5</sup> No que concerne aos têxteis, estes eram importados de Goa e Malabar, na costa ocidental da Índia, também por Elias Antonio Lopes.

*Elias Antonio Lopes é um exemplo típico desse reexportador que, como traficante, atuava na rota Rio – Angola. Em 1803 a galera Resolução, que viera da cidade do Porto carregada por sua conta e de seus sócios, partira para o resgate de escravos em Angola. Em 1812 e 1814, carregados de fazendas importadas, dois de seus navios compravam escravos em Cabinda. O Inventário de seus bens indica a existência, na Alfândega do Rio, de inúmeros tipos de têxteis vindo de Goa, avaliados em 46: 653\$806 réis (FLORENTINO, 1997:126).*

No inventário do negociante encontra-se a informação da compra de escravos em Cabinda, realizada a partir do escambo de fazendas têxteis. Nas *Negociações de conta do falecido* existe “O importe de huma factura de diversas fazendas e gêneros carregados em 22 de Maio de 1815 para Cabinda no Bergatim Diligente, capitão Francisco de Mello Magalhães à consignação deste para premutar a Escravos como se vê por extenso da dada factura lançada

---

<sup>4</sup> *Idem.* fls. 83-85e 90.

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Gazeta do RJ. Nº 28. Quarta-Feira 6 de Abril de 1814. Disponível: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta\\_rj\\_1814/gazeta\\_rj\\_1814.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1814/gazeta_rj_1814.htm)



no seu livro de negociações feitas para Cabinda no Bergatim Diligente. - 22: 583\$209”<sup>6</sup> Assim, observa-se que foram carregadas para Cabinda têxteis para a permuta de escravos. A compra de tecidos indianos serviria como moeda de troca, na compra de escravos africanos. O empreendimento, assim, confirma que “(...) era volumoso o comércio Goa – Rio de Janeiro, no qual os têxteis (não apenas para o escambo, é claro) desempenhavam o papel de eixo maior” (FLORENTINO, 1997:127).

O conselheiro possuía uma escravaria composta por mais de 100 escravos, no valor total de 8: 863\$200 (oito contos, oitocentos e sessenta e três mil e duzentos réis).<sup>7</sup> Eles exerciam as mais variadas funções que iam desde o cuidado das chácaras ao trabalho em suas embarcações, provavelmente escravos de ganho. Conforme destaca Cunha “A mancha negra da escravidão está sempre nos inventários. A par dos escravos da casa e da roça, denominações genéricas aparecem os qualificados profissionalmente: carpinteiros, pedreiros, canteiros, marinheiros [...]” (CUNHA, 1969: 61). Muitos dos escravos com profissões especializadas – carpinteiros, pedreiros e cabouqueiros – eram adquiridos em Moçambique quando um dos navios de Lopes realizava viagens para compra de têxteis em Goa (ANTUNES, 2006:150).

No total da escravaria do negociante não se mencionou os escravos marinheiros. No navio denominado *Pequete Infante e Diligente*, possuíam 7 escravos cada um e no *São João Americano*, 5 escravos totalizando 19 escravos que de dedicavam ao trabalho de marinheiros ou alguma outra atividade nos navios de Lopes.<sup>8</sup> Quanto a nação desses escravos, consta que a maioria deles vieram de Angola, Cabinda, Benguela – parte ocidental da África – e Moçambique – parte oriental.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup>Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). *Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes*. 10 de novembro de 1815. Fundo da Real Junta da Comércio (7x).Código 789.Volume 1-1815. fl.46.

<sup>7</sup>*Idem*. fls. 29-34 e 74.

<sup>8</sup> ANRJ. *Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes*. 10 de novembro de 1815.fls. 35; 68.

<sup>9</sup> ANRJ. Fundo: Real Junta de Comércio (7X). *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacote1, Letra L, 1815-1818.fl.s 36-42.



A escravaria e as expedições empreendidas por Lopes comprovam que o tráfico negreiro só poderia ser realizado por influentes homens de negócio. Após o falecimento de Lopes, em 7 de outubro de 1815, sua “empresa continuou a funcionar [...], financiando quatro expedições entre 1814 e 1816. Sua fase de maior atuação, porém, parece ter sido [...] durante a primeira década do século” (FLORENTINO, 1997: 191). Portanto, no que concerne ao tráfico negreiro, segundo as considerações de Fragozo (1998) e Florentino (1997), era controlado pelos grandes negociantes de grosso trato desde fins do século XVIII, entre eles pelo deputado da Real Junta de Comércio Elias Antonio Lopes.

Sobre as relações comerciais entre Brasil e Índia, Luís Frederico Dias Antunes observa que “o estudo do comércio de têxteis, metais preciosos e outros produtos entre a Índia e o Brasil constitui, no início do século XIX, uma tarefa cuja importância para a história da Índia e das relações com o Brasil vem despertando cada vez maior atenção” (ANTUNES, 2010:667). O maior volume de têxteis indianos para o Brasil se deu principalmente após a vinda da corte joanina em 1808, e a imediata abertura dos portos brasileiros. A partir disso, “[...] as reexportações de produtos asiáticos para os portos da América portuguesa, realizadas através de Lisboa, foram em grande parte substituídas pelo comércio entre o Brasil e o espaço Índico” (ANTUNES, 2010:668).

Assim como nas viagens atlânticas, também era necessária uma enorme organização para aquelas que eram realizadas no Índico. Por ser um comércio de longa distância estavam envolvidos alguns fatores, entre eles: altos investimentos financeiros e consequentemente riscos, aprontar um navio, providenciar correspondentes e procuradores na Índia, reunir capitais nacionais e estrangeiros, estabelecer uma rede de financiamentos, com criação de seguradoras. Logo, se todo o processo fosse bem sucedido até o desembarque no Rio de Janeiro, proporcionava aos homens de negócio “lucros extraordinários” (ANTUNES, 2010:669-770). Portanto, apenas a elite mercantil poderia participar deste tipo empreendimento, no qual estavam envolvidos altos contos de réis.



Os negócios indianos tinham características específicas, exigindo dos agentes mercantis envolvidos um “elevado grau de especialização.” Por exemplo, tinham que “lidar com intermediários e mercadores com culturas(s) e escrita(s) verdadeiramente desconhecidas” (ANTUNES, 2010: 671). Assim, para tal tipo de negócio era necessário que os negociantes envolvidos tivessem credibilidade e reputação nas praças mercantis na qual atuavam.

Relativo aos negócios que Lopes empreendeu na Índia, Antunes (2010) e Florentino (1997) elucidam que após a morte de Lopes sua firma continuava em atividade. Isso porque “tanto na sua loja como na Alfândega o Rio de Janeiro, se encontravam fazendas indianas, devidamente acondicionadas em centenas de fardos e de pacotes [...]” (ANTUNES, 2010:674). De acordo com o inventário do negociante estavam armazenadas na Alfândega do Rio de Janeiro “140 fardos de fazendas do Malabar no valor total de 46: 653\$806 (quarenta e seis contos, seiscentos e cinquenta e três mil e oitocentos e seis reis)”<sup>10</sup> O Navio Europa, um dos três no qual o negociante era proprietário, também realizava viagens para Goa e Malabar, “regressando com mercadorias asiáticas que lhe estavam consignadas a si a família Gomes Loureiro” (ANTUNES, 2010:674). Portanto, o negociante investia seus cabedais na compra de fazendas indianas que eram utilizadas em diferentes propósitos, entre eles no tráfico de escravos.

Em suma, neste artigo observamos que o conselheiro Elias Antonio Lopes participou no tráfico negreiro na costa ocidental e oriental da África, bem como investiu no comércio indo-brasileiro. Negócios no qual envolviam altos cabedais e conhecimentos precisos sobre o funcionamento dos negócios indianos. Por pertencer à elite mercantil, Lopes tinha autoridade para realizar tal comércio. Portanto, Antunes ao analisar os *Mapas de Importação e Exportação de Goa* entre 1809 a 1819 existentes no Arquivo Nacional, observou que “o valor total dos têxteis indianos remetidos para o Rio de Janeiro, [...] girou em torno de 8: 400:000\$000 réis, cerca de 2.370.000 libras esterlinas” (ANTUNES,2006:150). Assim, era

---

<sup>10</sup> ANRJ. Fundo: Real Junta de Comércio (7X). *Auto do Inventário de Elias Antonio Lopes*. Notação: Caixa 348, pacote1, Letra L, 1815-1818. fls 82v.



ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO  
ISBN 978-85-65957-00-7

---

um negócio que envolvia valores altíssimos, mas que os negociantes de grosso trato do início do século XIX souberam arriscar seus cabedais, entre eles Elias Antonio Lopes.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO  
ISBN 978-85-65957-00-7

---

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Luís Frederico Dias. “A influência Africana e Indiana no Brasil, na virada do século XVIII: Escravos e têxteis.” In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Jucá ; CAMPOS, Adriana. *Nas Rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, Lisboa: ICT, 2006.

\_\_\_\_\_. “A dinâmica do comércio Indo-Brasileiro: Têxteis, metais preciosos e outras trocas comerciais (1808-1820).” In: *O Estado da Índia e os desafios europeus. Actas do XII Seminário Ineracional da História Indo-Portuguesa*. Lisboa: 2010.

CUNHA, Rui Vieira da. A vida do Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815 – 1822. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 282, Rio de Janeiro, jan./mar.,1969.

\_\_\_\_\_. *Para uma biografia de Elias Antônio Lopes*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1957. 32p.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1998.

FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia , c.1790 – c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples Comissários (Negociantes e Política no Brasil Império)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social pela UFF, Rio de Janeiro, 2002.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO  
ISBN 978-85-65957-00-7

---

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.